

Espaço religioso e gestão participativa do território – uma análise de caso

Religious space and participative management of the territory - a case study

*Sérgio Gonçalves de Amorim**

Resumo

Analisa-se, nesta pesquisa, um espaço religioso e sua participação em processos de planejamento e gestão territorial. Tais iniciativas dependem da superação das desconfianças que fomentam uma cultura política não participativa no Brasil, e da formação de um espaço público que suplante o espaço privado das religiões no Brasil, ao mesmo tempo em que promova sua participação na construção da democracia.

Palavras-Chave: *espaço religioso, participação política, planejamento e gestão territorial*

Abstract

It is analyzed, in this survey, a religious space and his participation in planning processes and land management. Such initiatives depend on overcoming the distrust that encourage non-participatory political culture in Brazil, and the formation of a public space that supplants the private space of religions in Brazil, while it promotes their participation in democracy building.

Keywords: *religious space, political participation, territorial planning and management*

¹ Doutor em Ciência da Religião pela PUC-SP. Contato: amorimsjc@hotmail.com.
Artigo recebido em 06/03/2013. Aprovado em: 29/07/2013

Introdução

A produção social do espaço é um processo político, de modo que toda vez que ocorre transformações sociais, o “mundo que nos cerca – nossa geografia – deve ser radicalmente reformulado, assim como nossas relações sociais, a relação com a natureza” (Harvey, 2011, p. 201), o que dito de outro modo, implica que a reprodução impensada de um espaço significa a perpetuação de determinadas relações de poder, quaisquer que sejam as qualificações do espaço produzido, como por exemplo, o espaço das cidades ou os espaços religiosos em seu interior.

As cidades, desde suas origens, sempre englobaram em seu interior seus espaços religiosos, certamente com diferentes papéis de acordo com cada formação sócio-cultural específica, porém, sempre tendendo a referendar, de certo modo, as relações de poder que dão sustentação às cidades, talvez com a rara exceção dos mosteiros no período feudal que se propunham um modelo alternativo às espacialidades hegemônicas à época, como discutido por Mumford (1998).

A pesquisa do fenômeno religioso através da categoria conceitual *espaço* floresceu na segunda metade do século XX na Europa e Estados Unidos, e apenas mais recentemente se desenvolveu no Brasil, conforme aponta Usarski (2007).

Amorim (2013), atualizando parte da pesquisa de Usarski (idem) no tocante a este campo do conhecimento científico no país, destaca que pouco se avançou nestes anos iniciais do século XXI, e que tais pesquisas pouco

contribuem para uma discussão acerca dos papéis do fenômeno religioso e espacial para a transformação ou conformação da sociedade, nem auxiliam na compreensão dos processos políticos que perpassam tais dimensões da vida humana (Amorim, idem, p. 58).

Pretende-se neste artigo contribuir para o preenchimento dessa lacuna na produção científica brasileira ao analisar a constituição de um determinado espaço religioso e sua participação em processos de planejamento e gestão territorial.

O planejamento e a gestão não são, nunca, “neutros”, uma vez que são a expressão de *interesses e de pressões de grupos sociais*. De fato, a prática do planejamento e da gestão é *política* por excelência, uma vez que envolve *relações de poder*, conflitos e interesses de grupos, classes, instituições, empresas etc. Por outro lado, eles não são, *a priori*, nem conservadores nem progressistas; *eles serão aquilo que os homens e as mulheres fizerem deles*. O que se pode afirmar, isto sim, é que, em uma sociedade capitalista, o planejamento e a gestão *tendem* a ser conservadores – isto é, a conservar a ordem econômica e política atual –, uma vez que o Estado tende a ser controlado pelas classes dominantes (Souza e Rodrigues, 2004, p. 24) (grifos do autor).

Assim sendo, esta pesquisa analisa um caso de participação política de uma comunidade religiosa em processos de planejamento e gestão territorial, que se dá a partir de alternativas organizacionais diferenciadas àquelas de sua *identidade religiosa*, porém moldadas por esta última. Trata-se no caso de uma fundação e uma associação, através das quais tem se promovido arranjos políticos e caminhos para a participação popular no governo da cidade.

Desde os

anos de 1990, importa menos a presença de movimentos sociais enquanto organização, e importa mais as novas instituições, os novos quadros de pessoal, a nova mentalidade sobre a coisa pública; em suma, importa mais a nova cultura política gerada (Gohn, 2011, p. 207-208).

Esta pesquisa, ainda que modestamente, se justifica por colaborar, a partir da análise de um caso específico, para a compreensão de alguns dos papéis do espaço religioso no Brasil em relação à produção social do espaço da cidade, em uma fase recente de sua economia política capitalista e da construção de um Estado Democrático de Direito no país, tal como preconizado na Constituição Federal de 1988, o que implica que a

cidadania tutelada começa a ser substituída por uma outra, ainda que não plena porque os grupos organizados com autonomia e autodeterminação são raros, mas sem dúvida uma cidadania moderna (ibidem, p. 209).

A Constituição Federal de 1988 criou mecanismos que prevêm a participação popular. Assim, as possibilidades para a *gestão popular*, ou seja, para o exercício do poder popular mediante instituições representativas, deixou de ser uma bandeira de luta, para, aos poucos, ir se tornando realidade, com dificuldades é certo, pois os obstáculos políticos são muitos, além da necessidade de aprendizagem do exercício de práticas democráticas em um país em que foram raros os períodos de amplas liberdades para a participação política (Santos, 2008, p. 16).

A participação de um espaço religioso em processos de planejamento e gestão territoriais pode parecer *estranho e inadequado* num primeiro momento, mas “o planejamento (e a gestão), rigorosamente falando, não é, do ângulo da realidade da administração pública, “coisa de especialista” (Souza; Rodrigues, *idem*, p. 34-35), como se é levado a *crer* de imediato. “E, do ponto de vista político, o desejável é que os cidadãos tenham a oportunidade de decidir, eles próprios, sobre os destinos de seus espaços e de suas cidades” (*ibidem*, p. 35).

Assim sendo, é relevante a pesquisa de determinadas experiências de planejamento e gestão territoriais em que os espaços religiosos possam atuar de forma a tornar “a coisa pública” mais próxima do cidadão, e, sobretudo, avaliar criticamente tais experiências, de modo a contribuir científica e academicamente para uma reflexão acerca do papel político das religiões no contexto do governo das cidades no Brasil contemporâneo.

1. Objeto de pesquisa

O objeto desta pesquisa é a atuação da Comunidade do Matutu em processos de planejamento e gestão territorial, que tiveram sua origem há cerca de duas décadas. A referida comunidade se localiza no município de Aiuruoca no Sul do Estado de Minas Gerais, em sua zona rural, e tem atuado desde seu território, em questões que envolvem a produção do espaço em uma escala regional na área do entorno do Parque Estadual da Serra do Papagaio, como apontado no Mapa 1.

A área da Comunidade compõe cerca de 65% da região da microbacia do Ribeirão da Água Preta, que abriga também o bairro da Pedra. Para uma noção da relevância territorial da Comunidade

na região, pode-se fazer uma comparação da área do Parque Estadual que é de aproximadamente 23 mil hectares, com a área da Comunidade que é de cerca de três mil hectares, a qual corresponde a aproximadamente 13% da área do Parque.

A Comunidade foi instituída a partir da década de oitenta por artistas/artesãos, produtores rurais, empreendedores do turismo e educadores/intelectuais, que entendem que a vida comunitária rural é uma alternativa interessante à vida nos centros urbanos. Os membros da Comunidade consideram que no assentamento rural há possibilidade de se instituir a vida a partir de outros princípios que não meramente aqueles apresentados pelo projeto competitivo capitalista e as suas irracionalidades de mercado, como por exemplo, o desemprego e os altos custos de vida, que podem ser contornados na vida comunitária, como pensam e agem os membros desta comunidade.

Pode-se, em certa medida, considerar que a Comunidade do Matutu é parte dos movimentos sociais que se afirmavam na sociedade brasileira à época, e que “expressaram a construção de um novo paradigma de ação social, fundado no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões ou segmentações” (Gohn, idem, p. 203).

Esta nova forma de atuação dos movimentos sociais “criou, em vários casos, a figura do

“comunitário” [...] uma espécie de privado-público/ não estatal, porque as ações partem de setores privados, organizados na sociedade civil, mas os suportes financeiros e de infra-instrutora em geral são público estatais (ibidem, p. 203).

Outra inovação desse novo “comunitário” se deu na “redefinição da ideia de comunidade, não apenas como um *locus* geográfico espacial, mas como uma categoria da realidade social, de intervenção social nesta realidade” (ibidem, p. 203).

Segundo Serpa (1995), em 1995, quando se criou a Fundação Matutu, a comunidade era

constituída por cerca de 100 moradores, entre homens e mulheres, com uma faixa etária dos 20 a 55 anos, adolescentes entre 11 e 17

anos e crianças que variam de 10 até 2 ou 3 meses, em um total de 21 famílias aproximadamente, provenientes de cidades da própria região como São Lourenço e Mato Dentro; e outros vindos de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Chile, Paraguai, Itália e França. A maioria desses moradores é proveniente dos movimentos alternativos dos anos 70; artesãos que sempre viveram em sítios integrados com a natureza, praticando a homeopatia, e mesmo simpatizantes da doutrina do Daime nas comunas de Belo Horizonte (Santa Luzia) e Rio de Janeiro (Céu do Mar) (ibidem, p. 59).

Conforme dados da Fundação Matutu (2003), a Comunidade era composta, em 2003, por cerca de 250 pessoas residentes, mais uma população flutuante não-residente, mas frequentadora assídua da região, que se pode estimar em torno de outras 300 pessoas; e, o bairro da Pedra, formado por mais 150 habitantes.

Atualmente, a Comunidade permanece com uma população em torno das três centenas de residentes e outras três centenas de população flutuante. Para se ter uma ideia da dimensão demográfica do município de Aiuruoca, segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este possuía naquele ano 6.162 habitantes.

Mapa 1- Municípios limítrofes ao PESP e a Comunidade do Matutu



Fonte: Autor com base em <http://www.serradopapagaio.org.br/pesp.asp> (consultado em 14/02/13).

1.1 Comunidade do Matutu e suas estruturas organizacionais

A Comunidade do Matutu é formada pelas seguintes organizações:

- **Fundação Matutu:** Ao longo dos anos, a Fundação estabeleceu uma estratégia de atuar localmente na microbacia do Ribeirão da Água Preta e a partir da Reserva Natural Matutu, área sobre sua proteção, para ampliar em círculos concêntricos seu trabalho, abrangendo a sub-bacia hidrográfica do Rio Aiuruoca, o Parque Estadual da Serra do Papagaio, a APA da Serra da Mantiqueira até atingir a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, área reconhecida pela UNESCO (<http://www.matutu.org/projetos/projetoFCA.pdf>, consultado em 01/03/13);
- **Centro de Estudos Espirituais Ayahuasca:** a *ayahuasca*, também conhecida como Santo Daime é uma prática central da Comunidade, que a caracteriza como um espaço religioso;
- **AMA MATUTU – Associação de Moradores e Amigos do Matutu:** composta atualmente por cerca de 110 associados, o que aponta para o alto nível associativo da Comunidade; a AMA objetiva,

ordenar a ocupação e estimular o desenvolvimento econômico e sustentável na microbacia do Ribeirão da Água Preta [...] promovendo eventos culturais, organizando o turismo no vale e mantendo um centro de informações e cultura, o Casarão do Matutu [...] e encaminhando juntamente com a Fundação Matutu, Fundação SOS Mata Atlântica, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Prefeitura de Aiuruoca, o Projeto para Zoneamento Econômico-ecológico do Alto Água Preta, em parceria com o IBAMA (<http://fundacaomatutu.wordpress.com/organizacoes/>, consultado em 14/02/13);

- OCA – Oficina Cooperativa de Arte Artesanal;
- Associação Cooperativa Apícola de Mel de Altitude (ASCOOMEA);
- Aldeia da Reserva Matutu: que abriga os moradores locais da Comunidade;
- Brigada Anti-Incêndio.

Vê-se, portanto, que a Comunidade do Matutu é uma organização religiosa e política, relativamente complexa, tanto em termos das relações internas entre seus membros, quanto de suas atuações nos contextos políticos, econômicos, territoriais.

Tais níveis associativos e organizacionais, conjugados ao domínio tecnológico de ferramentas de planejamento e gestão territorial, marcam uma singularidade rara para esta comunidade rural e religiosa, colocando-a em maiores vantagens comparativas na participação política quando comparada a outras áreas da Serra da Mantiqueira, quiçá do país, em termos de sua capacidade de articulação de projetos e mobilização junto a atores privados e agentes públicos.

1.2 A Comunidade no contexto dos arranjos político-territoriais regionais

O Parque Estadual da Serra do Papagaio foi criado por Lei Estadual em 1998, e compõe uma das Unidades de Conservação Permanente do denominado Mosaico da Mantiqueira, que, por sua vez, só foi criado pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2006. Este Mosaico é formado por 17 Unidades de Conservação Públicas e diversas Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

O Parque é limítrofe a cinco municípios da região, a saber, Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Itamonte e Pouso Alto, como indicado no Mapa 1. Em 2010, estes cinco municípios, mais o governo do Estado de Minas Gerais através da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SEMAD) e do Instituto Estadual Florestal (IEF), se consorciaram para promover o desenvolvimento dessas áreas

comuns no entorno do Parque, onde se concentram “as nascentes dos principais rios formadores da bacia do Rio Grande, responsável pelo abastecimento de grandes centros urbanos do sul de Minas” (<http://www.ief.mg.gov.br/areas-protetidas/211?task=view/>, consultado em 12/02/13).

Este Consórcio atua no planejamento e gestão territorial da área do entorno do Parque Estadual da Serra do Papagaio, e envolve questões agrárias, de desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Trata-se do Consórcio de Ecodesenvolvimento Regional da Serra do Papagaio que tem como objetivo fomentar o *desenvolvimento da região do entorno do Parque Estadual da Serra do Papagaio, conciliado à preservação ambiental*. Este consórcio foi criado de acordo com a Lei Federal de Consórcios Públicos de 2005.

Em tese, o consórcio atua como instrumento de descentralização administrativa [...] No campo político o processo de descentralização percorreu caminhos tortuosos [...] A Lei nº 11.107/2005 [...], que disciplina a implantação e funcionamento dos consórcios entre os entes federados, veio dar a sustentação legal que estava faltando em nosso ordenamento jurídico para a cooperação interfederativa. Até a Constituição de 1988, o texto constitucional não fazia referência direta à cooperação interfederativa. Já o texto constitucional de 1988 faz referência direta ao tema [...] Nos termos do Decreto nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007, consórcio público é pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei nº 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos (Dallabrida e Zimmermann, 2009, p. 17).

2. Metodologia

Para empreender esta pesquisa recorreu-se à análise de documentos públicos relativos à participação do espaço religioso em questão, em processos de planejamento e gestão territoriais, particularmente, relativos à formação do Consórcio de Ecodesenvolvimento Regional.

Valeu-se de pesquisas científicas relativas a este espaço religioso, que trataram de questões relativas à sua organização sócio-espacial e sua participação política na produção social de seu território e de seu entorno, tratando, sobretudo, da formação da Fundação Matutu e da atuação da AMA Matutu.

Realizou-se, também, trabalho de campo envolvendo a vida cotidiana da comunidade religiosa em questão, participações em reuniões do Consórcio e do Parque e também visitas à região do entorno em que se insere esta comunidade. Este trabalho de campo deu-se entre setembro de 1996 e dezembro de 1999, e depois, mais recentemente, entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013.

3. Problemática e referenciais teórico-conceituais

A participação de grupos religiosos em processos políticos é um tema controverso e ambíguo, pois os ideais republicanos de espaço público e laico, mais os ideais democráticos, incluem a pluralidade, as particularidades e as minorias, da qual participam as religiões (Burity, 2008, p. 90).

Ou seja, a política, e em particular o Estado, apesar de ser laico, deve incluir como agente ativo em seus processos decisórios, os grupos religiosos, sobretudo, nas modernas democracias, de modo a promover a mais ampla cidadania a seus cidadãos.

Considerando o conceito jurídico-administrativo de religião que se formou no país, este impôs *às religiões* uma forma organizacional privada e distanciada da construção de políticas públicas, e, quando não, apenas utilizadas de modo instrumental pelos gestores públicos, por vezes, com relações políticas clientelistas, de modo que as atuais manifestações religiosas não têm demonstrado “sua potencialidade propriamente política, isto é, sua capacidade de constituir atores organizados que demandem junto ao Estado uma regulação específica” (Monteiro, 2006, p. 64-65), mesmo sobre o próprio status de organização religiosa, quanto de outros temas correlatos à vida de uma comunidade de fé.

Cabe ressaltar que a cultura política brasileira é caracterizada por processos patrimonialistas e clientelistas no exercício do poder

público, e que na cultura religiosa brasileira impera, ainda, uma lógica particularista de cada grupo, por vezes procurando obter vantagens comparativas em um *mercado religioso* que segrega as expressões religiosas entre si.

Tais espaços religiosos se tornam distantes da fundação de um espaço político público, desde que eles mesmos estão fundados como um espaço privado que em sua concepção histórica *deve* preservar o Estado laico.

3.1 O espaço religioso e a produção social do espaço

Nesse sentido, os espaços religiosos tendem a ser representantes de interesses privados, em um amplo conjunto de outros tantos interesses privados que prezam mais por fazer prevalecer as diferenças do que os interesses comuns.

Uma forma de se *visualizar o lugar* da religião nas sociedades contemporâneas se dá a partir da análise da dimensão sócio-espacial das organizações religiosas nas cidades, em suas participações nos processos políticos que dão sustentação à acumulação de capitais e à vida do Estado. As religiões, ao se acomodarem ao espaço da cidade, passam a se reger pelas lógicas que o preside, quais sejam do Estado e do mercado.

No tocante à religião e as relações de poder que caracterizam a cidade, Amorim (2011) demonstrou que o espaço religioso, em geral, tende a referendar o projeto hegemônico de economia política, desde que a prática religiosa acontece no espaço urbano, ou o tenha como referência de valores em meio rural, fomentando em ambos os casos, a acumulação capitalista de capital e a hegemonia do Estado sobre o território.

Nesse sentido, Amorim (*idem*, p?) considera que o espaço religioso é ambíguo e contraditório, uma vez que, mesmo agregando as pessoas em uma cidade caracterizada por processos de segregação sócio-espacial, o espaço religioso termina por alienar seus fiéis no plano político (da *polis* e da cidadania), já que a religião se conforma ao espaço da cidade (da economia e da política), e usualmente, não o contesta e nem oferece alternativas.

Nesse sentido, é fato raro deparar-se com um grupo religioso que decidiu deliberadamente se capacitar, técnica e politicamente, para participar em processos de planejamento e gestão territorial.

A responsabilidade de criar mecanismos e fazer propostas concretas para superar a desigualdade e ampliar as chances de participação popular nos negócios coletivos (como, por exemplo, no planejamento e na gestão das cidades) nos levam a fazer uma crítica, ao mesmo tempo, *radical e qualificada* do Estado. Ou seja, é necessário manter-se vigilante em relação ao Estado capitalista, mas não se devem desprezar as oportunidades que possam aparecer por seu intermédio, pois trata-se de uma instituição potencialmente importante na criação de políticas [...] na regulação das atividades do capital [...] entre outras. Por tudo isso é que não podemos excluir, de antemão, a possibilidade de um planejamento e de uma gestão que, mesmo operando dentro de uma sociedade injusta, contribua, menos ou mais, para a superação das injustiças sociais, por mais raro e difícil que isso possa ser (Souza e Rodrigues, *idem*, p. 28-29).

Portanto, a participação de uma comunidade religiosa em processos de planejamento e gestão territorial pode ser significativa para o aperfeiçoamento das práticas democráticas, primeiramente do grupo religioso em questão, caso este seja também participativo em seu interior, e não reflita apenas um uso instrumental de um espaço religioso, e sim de um espaço de vida de uma comunidade com suas contradições e seus consensos; e, por fim, tal tipo de participação popular contribui para o avanço democrático da própria sociedade, desde que,

Os níveis de associativismo e mobilização sociopolítica certamente estão relacionados às percepções em torno do sistema político. Mas os comportamentos sociopolíticos são resultados de processos de socialização e aprendizagem, resultando, segundo o contexto social e as opções pessoais, em atitudes políticas ativas ou passivas [...] os comportamentos sociopolíticos são passíveis de aprendizado [...] o que coloca em questão o processo de socialização para a cidadania vivenciado pelos agentes sociais (Azevedo, Santos e Ribeiro, 2009, p. 354-355).

Assim, a análise do espaço religioso em processos participativos de planejamento e gestão territorial pode contribuir para uma reflexão

acerca da “dimensão do simbólico como constitutiva de formas políticas e de poder – ao lado e entremeada à sua dimensão racional-legal e ética” (Camurça, 2008, p. 45), um campo de pesquisas que aponta para uma “questão epistemológica que urge ser enfrentada: o da simbólica do poder!” (ibidem, p. 59).

A religião contribui para construção de uma simbólica do poder, sobretudo numa dimensão ética para a política, por exemplo, na luta contra as injustiças sociais, e no caso desta pesquisa, a partir da conformação de espaços mais inclusivos e que possam beneficiar ao conjunto da sociedade.

Guimarães e Bezerra (2011) fazem uma paráfrase “invertida” dos ideais da sustentabilidade, de modo que

não caberia separar os problemas ambientais das insuficiências do desenvolvimento, uma vez que estes estariam diretamente correlacionados. Portanto, poderíamos afirmar que a humanidade vivencia nos dias de hoje a exaustão de um estilo de desenvolvimento ecologicamente suicida (pois acaba com a base dos recursos naturais), socialmente perverso (gera pobreza e desigualdade), politicamente injusto (dificulta o acesso aos recursos), eticamente censurável (desrespeita formas de vida não humanas) e culturalmente alienado (subjuga a natureza) (ibidem, p. 86).

Guerra e Passos (idem) veem que dois caminhos são importantes para que as comunidades, entre estas, as religiosas, possam se engajar na participação política o mais livre possível das ideologias presentes nas questões de desenvolvimento regional. A primeira passa pela

valorização do saber local, do fazer coletivo, do cuidar daquilo que é nosso, especialmente os recursos naturais. A segunda é a valorização do sentimento de pertencimento a uma determinada comunidade (ibidem, p. 56),

de modo que “há lugar para a invenção e a solidariedade, pois o futuro pertence a quem tem motivos de esperança” (ibidem, p. 57).

A *esperança em relação à vida*, uma categoria conceitual religiosa e teológica, de modo que se espera que o papel das comunidades de fé represente uma “viva consciência de que o ser humano integra o

Todo, como ente ‘re-ligado a todas as coisas’ e que lança interrogações fundamentais sobre o sentido da história e do destino humano”, tal como desafia Faustino Teixeira (2009, p. 211), mas que raramente é de fato encontrada na prática.

Eis alguns dos desafios às comunidades religiosas para ultrapassar seus particularismos e fundamentalismos autoritários, contornarem as vias de cooptação e alienação política no trato com a *res publica* (coisa pública) e fomentar “um caminho civilizacional que saiba incluir a todos [...] não apenas a relação consigo mesmo e com os outros, mas igualmente a relação com o cosmo, que é o seu lugar natal” (Teixeira, *idem*, p. 211).

Nem tão místico e teológico, mas político, José Murilo de Carvalho (2012), destaca que esta caminhada é uma das possíveis no “longo caminho da cidadania no Brasil”, para a consolidação da democracia e para “reforçar a organização da sociedade para dar embasamento social ao político, isto é, para democratizar o poder” (*ibidem*, p. 227).

José Murilo (*idem*) pondera que a “organização da sociedade não precisa e não deve ser feita contra o Estado em si. Ela deve ser feita contra o Estado clientelista, corporativo, colonizado” (*ibidem*, p. 227), e aponta que duas experiências recentes da sociedade brasileira se encaminham para esta direção.

A primeira tem origem na sociedade. Trata-se do surgimento das organizações não-governamentais que, sem serem parte do governo, desenvolvem atividades de interesse público [...] Da colaboração entre elas e governos municipais, estaduais e federal, têm resultado experiências inovadoras no encaminhamento e na solução de problemas sociais [...] Essa aproximação não contém o vício da “estadania” e as limitações do corporativismo porque democratiza o Estado. A outra mudança tem origem do lado do governo, sobretudo dos executivos municipais [...] Muitas prefeituras experimentaram formas alternativas de envolvimento da população na formulação e execução de políticas públicas [...] Essa aproximação não tem os vícios do paternalismo e do clientelismo porque mobiliza o cidadão. E o faz no nível local, onde a participação sempre foi mais frágil, apesar de ser aí que ela é mais relevante para a maioria das pessoas (*ibidem*, p. 227-228).

A participação das comunidades religiosas nas denominadas questões territoriais é, sobretudo, um ato político complexo dado a cooptação e alienação política a ser vencida, além das tendências fundamentalistas autoritárias de lideranças políticas e religiosas a serem superadas, situações que uma vez contornadas, abrem caminhos para a construção da cidadania como vivência dos direitos fundamentais.

O engajamento das comunidades no governo e cuidado de seus próprios problemas é extremamente importante, mas não é o suficiente para mudar suas realidades. Elas encontram outras dificuldades nos relacionamentos com os governos e o setor privado [...] O que se observa é o *business as usual* [esquema de sempre], no qual uma aliança entre as administrações públicas e as forças do mercado preservam não exatamente o meio ambiente, mas sim o interesse particular dos grandes grupos econômicos (ibidem, p. 55).

3.2 O consórcio como figura político-administrativa

Iná de Castro (2009) considera que a cidadania possui uma importante dimensão espacial, de modo que

os direitos, inscritos no conceito, como o acesso a eles emergem da relação entre o território e as instituições sociais e políticas [...] que presidem a diferenciação da distribuição espacial da produção de riquezas e a repartição de seus benefícios (ibidem, p. 200).

Maria Adélia de Souza (2008) destaca a dimensão política presente na noção de território e sua relação com as manifestações de poder, desde que

O território não é apenas um enunciado político-administrativo [...] pois é praticado, produzido historicamente [...] é, por essência, o espaço de exercício do poder político [...] Apropriar-se do território, essa totalidade dinâmica que não pode ser considerada de outra forma, é uma vigorosa manifestação de poder (ibidem, p. 32).

Deve-se considerar que o conceito de ecodesenvolvimento, tal como de desenvolvimento sustentável, que se dá nos marcos da

economia de mercado, é contraditório em si, desde que o “reino permanente do mercado, logo a busca incessante da escassez, não comporta a sustentabilidade” como destaca Maria Adélia de Souza (idem, p. 15-16).

No entanto, mesmo que ideológica por definição, a noção de ecodesenvolvimento pode ser vetor para práticas comunitárias, religiosas ou não, que promovam certo grau de cidadania e participação política, ainda que a questão central da economia política permaneça inalterada, pois a conquista democrática, em todos os níveis, corresponde a um processo histórico de transformações sociais.

Iná de Castro (idem) pondera que a distribuição regional de recursos institucionais no Brasil tem dois referenciais participativos que são os *conselhos* e *consórcios municipais* que podem favorecer o fortalecimento da cidadania no país.

Os consórcios são anteriores à Constituição Federal de 1988, mas foram por ela regulamentados. Os consórcios possibilitam uma associação entre os municípios visando melhor uso dos recursos financeiros e humanos, objetivando prestar serviços à população, a melhoria das infraestruturas e mesmo o desenvolvimento de atividades econômicas.

Na legislação brasileira, consórcio público é considerado pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, para estabelecer relações de cooperação federativa, na realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos (Dallabrida e Zimmermann, idem, p. 5).

Iná de Castro (idem) aponta para o caráter complementar dos conselhos e dos consórcios municipais, pois

Enquanto os conselhos são importantes por possibilitar a expressão das potencialidades de mobilização da sociedade civil, os consórcios propiciam a organização e a cooperação horizontais e fortalecem os vínculos interinstitucionais na sociedade local, melhorando as condições de cooperação e de redução das desigualdades (ibidem, p. 207).

Para Iná de Castro (*idem*), estes novos arranjos de poder advindos dos conselhos e dos consórcios favorecem a quebra dos vínculos verticais que são de “dependência e exploração [...] das camadas mais pobres [...] comandadas por atores sociais investidos de autoridade e que ocupam espaços de poder abertos pela fragilidade administrativa e judicial do Estado” (*ibidem*, p. 208), e por outro lado, estimulam o desenvolvimento de vínculos horizontais criando

condições favoráveis à cooperação e à competição e possibilitam as ações estruturantes nas quais a igualdade política, a solidariedade, a confiança e a tolerância são essenciais (*ibidem*, p. 209).

O consórcio público é uma forma estatal de cooperação que

acontece entre os escalões governamentais, entre governo e entidades públicas, entidades privadas e associações civis, entre entes federados (União, Estados e Municípios), entre países e até entre organizações supranacionais (Dallabrida e Zimmermann, 2009, p. 8).

No Brasil podemos observar uma forte cooperação entre a União, Estados e Municípios. Ela está presente nos programas de educação, da saúde, da assistência social, da segurança, do desenvolvimento da agropecuária, seja na sua dimensão econômica ou social, entre outros. A cooperação que se percebe no Estado brasileiro decorre de uma sucessão de fatos políticos e administrativos, ocorridos ao longo da história, especialmente a formação do nosso sistema federativo, o processo de centralização/descentralização político-administrativa e a fragmentação territorial decorrente da criação de novos estados e municípios (*ibidem*, p. 8)

Iná de Castro (*idem*, p. 209-211) destaca também, que o Estado de Minas Gerais tem se destacado no cenário nacional em termos da realização de consórcios municipais como política de desenvolvimento regional, sobretudo na área da saúde.

No entanto, como o município é um “espaço político importante como distrito eleitoral para vereadores e prefeitos e informal para deputados [...] e governadores” (*ibidem*, p. 211), os arranjos políticos envolvendo a agenda político-partidária afetam a dinâmica dos conselhos e consórcios municipais, “que podem ser cooptados e

colocados a serviço de grupos políticos dominantes locais” (ibidem, p. 211), e suas coalizões político-partidárias e econômicas locais, estaduais, nacionais e internacionais.

Cabe destacar que,

em relação à defesa da descentralização político-administrativa para os níveis de governo local e mesmo para esferas da sociedade [...] nos últimos anos, o revigoramento da crença no planejamento público e, por outro, a disputa sobre o sentido e conteúdo da descentralização, tem se tornado objeto de polêmicas e de fortes críticas entre acadêmicos e os atores sociais mobilizados a chamada ideologia “neolocalista”, muito mais susceptível tanto à corrupção como à chantagem por parte de grandes empresas e interesses privados das elites locais (Azevedo, Santos e Ribeiro, idem, p. 360-361).

4. Resultados

Apresentam-se, a seguir, parte dos resultados desta pesquisa, destacando o papel do espaço religioso em questão, na construção de uma nova consciência político-territorial da Comunidade, a partir das soluções dadas para os conflitos que esta viveu nas últimas duas décadas em relação a sistemas de planejamento e gestão territoriais autoritários e não participativos.

Trata-se, portanto, de um processo histórico de construção da participação política nesse nível da realidade de vida desta comunidade, e que dialeticamente tem servido à legitimação da comunidade como um espaço religioso.

Tais processos participativos da Comunidade do Matutu foram uma construção coletiva, que mesmo promovendo a prática democrática, também trouxeram certos riscos à sua plena consecução.

4.1. AMA Matutu e Fundação Matutu como agentes de legitimação política de um espaço religioso

Serpa (idem, p. 60) aponta que a Comunidade do Matutu, desde sua fundação até a década de 1990, sofria certa discriminação por parte da sociedade local, em cujos jornais se noticiavam que sua

implantação estava trazendo danos ao meio ambiente, uma vez que ocorria a derrubada sem critérios de parte da mata nativa para a construção de casas, segundo a imprensa local.

Em parte, tais processos discriminatórios justificaram a criação tanto da Fundação, quanto da AMA Matutu, ambas em 1995, como parte de uma estratégia da Comunidade em criar outras linhas de ações que, de fato, se contrapusessem aos estigmas vigentes na mídia e sociedade local, sobretudo, desvinculando, na medida do possível, ou dando outras conotações à identidade ligada aos usos religiosos da ayahuasca, que inclusive, até o ano de 2008 em todo o Brasil, foram objeto de controvérsias políticas, junto à Secretaria Nacional Anti-Drogas (SENAD), órgão que esteve vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR) até o ano de 2012.

O envolvimento da Comunidade com o planejamento e gestão territorial, via outras formas organizacionais, foi e tem sido, portanto, uma estratégia deliberada deste grupo religioso, que ao participar de processos decisórios relativos à produção social do espaço em seu entorno, tem se utilizado de outras identidades, que não de imediato, aquela definida pelo uso ritual da ayahuasca. Trata-se, neste caso, da atuação da Fundação Matutu e da AMA Matutu.

Os projetos da AMA Matutu se concentram, sobretudo, nos usos e ocupações do solo da microbacia do Ribeirão da Água Preta, se valendo de produtos de sensoriamento remoto e sistemas de informações geográficas. Brenner Silva (2005) documentou parte desses processos de planejamento e gestão territorial, empreendidos no entorno da Comunidade, pela AMA Matutu e pela Fundação Matutu, e destaca que

Como ferramentas essenciais ao planejamento e gestão ambiental, o sistema de informação geográfica (SIG) e o sensoriamento remoto tornam possível automatizar e integrar dados para o manejo sustentável dos recursos naturais e ordenamento territorial para comunidade. Trata-se da tecnologia base para construção de sistemas inteligentes e de apoio à tomada de decisão, que em conjunto fortalecem a avaliação e o monitoramento dos recursos, base material para o desenvolvimento comunal (idem, p. 1375).

A criação da Fundação e da AMA também foi uma resposta imediata da Comunidade aos interesses do governo do Estado de Minas Gerais em ter criado no mesmo ano a Estação Ecológica da Serra do Papagaio, desapropriando terras da comunidade, situação que se agravou em 1998 com a instituição do Parque Estadual da Serra do Papagaio, por meio de sua gestão autoritária e não participativa que perdurou até 2003.

Costa (2008) aponta que no início dos anos 2000, a região do entorno do Parque Estadual da Serra do Papagaio tornou-se alvo de conflitos de terra em função da criação do desta reserva em 1998, sendo que

a Fundação Matutu, como de resto todo o Vale e a Serra da Mantiqueira, estavam enfrentando uma verdadeira guerra, por conta de confrontos com o IBAMA, em torno de questões fundiárias da APA da Mantiqueira. Isto obrigou a Fundação, em resposta, a se profissionalizar para assumir um papel de protagonismo regional no âmbito de toda a Serra da Mantiqueira, em defesa dos interesses coletivos e da Gestão Participativa (ibidem, p. 49).

Ribeiro (2005, p. 89-90) aponta que a formação do conselho consultivo da Área de Proteção Ambiental (APA) da Mantiqueira foi marcada por uma luta das comunidades locais contra posturas autoritárias dos gestores dessa reserva ambiental.

Tal situação política serviu como um dos vetores para o fortalecimento da Fundação Matutu, num contexto mais amplo, que contou com a participação de outros atores da sociedade civil, visando implementar a gestão participativa da APA Mantiqueira, resguardando em parte os interesses dos moradores da região, sobretudo, nos usos econômicos do território.

Nesta trajetória de atuações da Fundação Matutu, em 2003, esta preparou um projeto intitulado *Fortalecimento da Gestão Participativa na APA Mantiqueira* (Fundação Matutu, 2003), que foi submetido ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). O projeto teve como parceiras a Universidade Federal de Lavras (UFLA), o Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE), o Instituto Sócio Ambiental (ISA) e a Fundação SOS Mata Atlântica, indicando os níveis de articulação política e acadêmica da Comunidade do Matutu.

Vê-se, portanto, que a Comunidade do Matutu tem buscado agregar valor técnico-científico às suas atuações em planejamento e gestão territorial, possibilitando a emergência de processos reflexivos acerca de suas ações políticas.

Costa (idem, p. 65) aponta que a participação da Fundação Matutu em processos de planejamento e gestão territorial foi, de fato, se ampliando para outras áreas para além da Comunidade do Matutu, abrangendo, em um primeiro momento seu entorno imediato, depois toda a vasta Área de Proteção Ambiental da Mantiqueira.

A Comunidade do Matutu não apenas desejou outra construção de identidades, como *se viu obrigada* a assumir certa liderança diante dos conflitos socioambientais que se configuraram com a criação do Parque Estadual, que praticamente *congelava* os usos territoriais, *bloqueando* em certo sentido as vias tradicionais de desenvolvimento econômico das propriedades no entorno do Parque.

Tais conflitos com os gestores do Parque Estadual e a atuação por parte da Fundação Matutu, que perduraram por cerca de uma década, constituíram-se em vetores para a constituição do Consórcio de Ecodesenvolvimento Regional da Serra do Papagaio, como uma forma de vir a contornar as ideologias conservacionistas que vêm prevalecendo entre os gestores públicos na área ambiental, impedindo o desenvolvimento econômico denominado *não-sustentável*.

Percebe-se, portanto, um longo processo político de atuação da Fundação Matutu focando os usos do solo da Comunidade e do entorno, que se inicia em 1995, com a regularização fundiária, desenvolvimento econômico e gestão ambiental envolvendo a Estação Ecológica criada em 1995, depois transformada no Parque Estadual da Serra do Papagaio. Este processo perpassou o projeto de 2003 da Fundação Matutu visando o fortalecimento da participação popular no conselho consultivo da Área de Proteção Ambiental (APA) da Mantiqueira; e avançou para a formalização do Consórcio de Ecodesenvolvimento Regional da Serra do Papagaio, em 2010.

Neste contexto, a criação do Consórcio é uma das alternativas para a Comunidade do Matutu e seu entorno, para tratar mais especificamente das condições contraditórias de desenvolvimento

e preservação ambiental da Serra do Papagaio, em face da grande abrangência tanto territorial, quanto de interesses do conselho consultivo da APA da Mantiqueira.

Atualmente, em função das atuações do Consórcio de Ecodesenvolvimento Regional da Serra do Papagaio, processos participativos de regularização fundiária foram retomados, ainda que sob a desconfiança dos proprietários locais, desde que o Consórcio é ainda um arranjo institucional pouco conhecido na região, e porque também ainda são frágeis suas bases participativas.

É notório que o poder político da Fundação se ampliou consideravelmente, por meio do estreitamento das relações dela com várias instâncias do poder político de Minas Gerais, revertendo, de certo modo, a visão que o município de Aiuruoca tinha do Vale do Matutu. Essa ampliação traz, por sua vez, maiores desafios, que passam pela (re)afirmação continuada das práticas desse Coletivo (ibidem, p. 84).

A fim de superar tal gargalo, a Fundação Matutu, como “gestora” do processo de formação do Consórcio, tem agido com a maior publicidade possível fazendo uso da internet, atuando dentro dos marcos legais, prezando pela moralidade, impessoalidade e eficiência no trato com a coisa pública (*res publica*).

4.2 Um espaço religioso na constituição de espaços políticos

Tais posturas por parte da Comunidade do Matutu em relação ao desenvolvimento regional são para esta comunidade, a partir das perspectivas políticas por ela adotadas, vitais para sua sobrevivência, em conformidade com suas especificidades históricas, e têm promovido, desse modo, a legitimação dos usos do território que ocupam e suas práticas rituais com as “plantas de poder”.

Costa (idem) analisando o processo de formação da Fundação Matutu, considera importante o papel dos usos do daime na trajetória política da Comunidade, desde que o uso sacramental da bebida

assume uma função de inspirador para os trabalhos desempenhados pela Fundação, pois, segundo os relatos, é de onde viria a “força” e a consciência ecológica e espiritual do trabalho (ibidem, p. 73).

Há, no entanto, segundo Costa (idem) um movimento contraditório na participação política da Comunidade através de sua Fundação, pois a esta última

consegue respaldo externo na mesma proporção do distanciamento interno com a Comunidade. Distanciamento esse que vai aumentando na medida em que os projetos desenvolvidos ratificam este caráter mais regional/global, passando a exigir um nível de qualificação maior para que se possa participar deles. Esse movimento é percebido como “burocracia” e/ou “profissionalização” por alguns, portanto conflitante com as práticas mais comunitárias postuladas no início da construção da Comunidade (idem, p. 65-66).

Costa (ibidem) acrescenta que, contraditoriamente, “a Comunidade que contesta é a mesma que participa, por intermédio da atuação de muitos de seus membros, nos projetos da Fundação”, mas que de todo modo, uma

“não-adesão plena” a todas as práticas de gestão da Fundação é um vetor importante na dinâmica do Vale do Matutu, pois faz da Comunidade uma recalcitrância que, ao circular, impede a cristalização da Fundação como o único porta-voz do Vale (ibidem, p. 66).

Desse modo, a Fundação Matutu por seus vínculos com a Comunidade, “se vê, assim, constrangida a rever e questionar, de tempos em tempos, o seu papel, a sua dinâmica. Nesse movimento, ela se reinventa, em [...] transformação e adaptação às forças que jogam neste Coletivo” (ibidem, p. 66).

Assim sendo, o *Centro de Estudos Espirituais Ayahuasca* é que justifica a vida comunal da Comunidade do Matutu, e direciona as demais ações de seus participantes, tanto nos limites internos à comunidade, quanto de sua organização e participação em eventos externos, particularmente aqueles de cunho político, que, no caso

analisado neste artigo, têm se dado através da participação da Comunidade em processos de planejamento e gestão territorial.

Isabela Oliveira (2007), pesquisando os efeitos psicossociais do daime, considera que “ao agirem sobre a *psique* humana, as plantas produzem efeitos [...] não somente físico-químicos e biológicos, mas também psicológicos, sócio-culturais históricos, dentre outros” (ibidem, p. 14), de modo que, pode-se considerar que no caso analisado os usos rituais da ayahuasca possuem uma relação dialética com a participação política.

A atitude que permite construir outros mundos, além deste que é visível, é fundamental para compreender a vida dos grupos. Ela está na origem das mitologias, das religiões reveladas ou das ideologias que dão um sentido à existência dos indivíduos ou àquelas comunidades. Ela opõe a realidade contingente oferecida aos nossos olhos e um alhures que as verdadeiras forças orquestram; nós descobrimos o que deve ser; o homem se torna um ser moral [...] Dessa forma, para dar um sentido a sua existência, os homens sonham com o que se passa além do horizonte visível e constroem outros mundos (Claval, 2010, p. 61).

Deve-se considerar, no entanto, que: se a participação política da Comunidade do Matutu em processos de planejamento e gestão territorial tem inspiração nos usos coletivos das plantas sagradas, este processo é algo específico dessa comunidade, das pessoas que a formam, e da forma como elas resolveram se organizar em seu território e região.

Por outro lado, deve-se considerar também que a organização em comunidade e a realidade de seu entorno condicionam as experiências com as “plantas de poder”, como foi dito, em um processo contínuo e dialético, porém único e específico a esta comunidade religiosa.

Dessa perspectiva, pode-se considerar que, dada a centralidade do Santo Daime na vida da Comunidade do Matutu, toda a complexidade organizacional e as ações políticas empreendidas por esta comunidade religiosa são, em parte, um dos resultados da ingestão sacramental dessa bebida. E, por outro lado, dialeticamente, como em todo sistema religioso, este também é influenciado pelo meio em que se insere e às reações a ele.

A participação política da Comunidade do Matutu em processos de planejamento e gestão territorial demanda ainda todo um saber especializado que não está presente na aprendizagem com as plantas de poder, mas que passam, na perspectiva da Comunidade, por sua vida religiosa e suas experiências com a ayahuasca, e que, como ideal, deve refletir numa *sabedoria* na condução e participação em processos políticos que lhes dizem respeito.

4.3 Participação e processo democrático: virtudes e riscos

No caso analisado nesta pesquisa, deve-se considerar que desde suas origens, a participação da sociedade no Consórcio de Ecodesenvolvimento Regional tem sido limitada à Fundação Matutu, isso em parte pela pró-atividade da Comunidade, e em parte pelo desinteresse de outros setores da população local.

Tal quadro atual da participação da Comunidade do Matutu em tais processos de planejamento e gestão territorial é caracterizado, ainda, pelo fato de que a Fundação se beneficia de uma *condição política singular*, desde que o atual secretário estadual de meio ambiente do Estado de Minas Gerais é da cidade de Aiuruoca, em que se localiza a Comunidade do Matutu.

Há também o fato da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento possuir como um de seus assessores especiais em planejamento e gestão territorial, um membro dessa mesma comunidade, que é filho de seu fundador, sendo que pai e filho já foram presidente da Fundação Matutu, que, neste contexto, é novamente presidida pelo pai.

Tal *singularidade*, evidentemente, seria um dos pontos mais sensíveis na participação da Fundação Matutu na gestão do Consórcio, desde que promove uma maior proximidade junto ao executivo estadual, propiciando de um lado maior circulação política, mas, que por outro lado, abre um flanco para que ações patrimonialistas e clientelistas possam ocorrer, até porque a Fundação recebe dinheiro público para fomentar as ações do Consórcio, enquanto este ainda está em sua fase de constituição.

Em que se considerem tais fatores circunstanciais, e, portanto, político-partidários em certo sentido, praticamente desde suas origens a Comunidade do Matutu vem se organizando não apenas como grupo religioso, mas sobremaneira como grupo político da sociedade civil, que conta com a Fundação e as associações anteriormente listadas, e que por intermédio desses arranjos organizacionais e políticos tem atuado em questões que envolvem o planejamento e a gestão territorial de seu entorno, buscando práticas políticas de gestão participativa do território que se perpetuem, de modo independente da atuação da Comunidade.

Este é o sentido da expressão participativa da Comunidade de fomentar um consórcio público entre entes políticos da federação, os quais possuem autonomia no contexto da organização política do Estado brasileiro, podendo ensejar desse modo, o mais amplo debate entre tais municipalidades, o governo do Estado de Minas Gerais e a sociedade civil.

Então trata-se de um novo processo de aprendizagem [...] É uma cultura de compartilhamento a ser construída [...] as dificuldades da gestão compartilhada são muitas e não basta incluir a participação. É preciso que se discutam seu sentido e seu significado para qualificá-la, é preciso retomar a idéia de processos de mudança e transformação social e processos emancipatórios. Simplesmente criar espaços para novas políticas de controle social de baixo para cima não resultará mudança de sentido e direção para uma sociedade mais democrática (Gohn, idem, p. 235-236).

A atuação da sociedade civil tem um papel importante nesse consórcio, porém em um *lugar* definido para a participação da sociedade, que por si só, corresponde a um complexo processo político de construção da democracia.

O envolvimento com o Consórcio, nas condições em que vem se dando, é parte de uma trajetória mais ampla que compõem as identidades do espaço religioso em questão, em suas participações em processos de planejamento e gestão territoriais, de modo que tal nível de formalização política entre as municipalidades envolvidas e o governo do Estado, parece ser uma janela de oportunidade de

participação que a Comunidade do Matutu construiu ao longo de duas décadas de atuação política na composição do território.

5. Discussão dos resultados

No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, a participação popular vem sendo incentivada em várias esferas de governo, como uma forma de democratização da gestão da coisa pública.

No entanto, ainda que limitados em sua capacidade imediata de influenciar nos processos de produção social do espaço, os variados ciclos de participação popular são importantes meios de aprendizagem e desenvolvimento da democracia, o que se dá, evidentemente, por meio de avanços e retrocessos.

Nesta pesquisa, considera-se a dimensão política presente na produção social do espaço, particularmente buscando situar o lugar do espaço religioso no contexto da cidade e sua participação em processos de planejamento e gestão territorial.

Tanto o espaço religioso, quanto os processos de planejamento e gestão territorial tendem a serem conservadores, no sentido de manterem as relações de poder que dão sustentação à cidade enquanto um espaço favorável à reprodução do capital e como territorialidade do Estado.

Nesse sentido, é relevante a análise dos processos participativos da Comunidade do Matutu, que tem se dado através de sua Fundação e da AMA Matutu, processos estes que se iniciaram já há cerca de duas décadas, tendo por objeto as áreas do entorno desta comunidade.

As restrições e autoritarismo presentes na implantação e gestão do Parque Estadual da Serra do Papagaio, sobretudo, no período de 1998-2003, de certo modo foram vetores de fomento que estimularam a Comunidade do Matutu à participação em processos de planejamento e gestão territoriais, através de sua Fundação e da AMA, que favoreceram a formação e participação no conselho consultivo da Área de Proteção Ambiental da Mantiqueira, em um primeiro momento; e, depois, da formação e participação no Consórcio de Ecodesenvolvimento Regional da Serra do Papagaio.

Tais processos participativos foram importantes para formação/renovação de estruturas de governança tanto na bacia hidrográfica do Ribeirão da Água Preta, quanto no entorno do Parque Estadual da Serra do Papagaio, e, por conseguinte, para toda a área da Serra da Mantiqueira, como uma solução a ser proposta para outros contextos regionais.

Por outro lado, tais processos políticos também foram fundamentais para a própria estruturação interna da Comunidade do Matutu, quanto da construção de suas identidades, cultural, religiosa e política, relevantes para seu contexto local e como entidade da sociedade civil. Tais construções de identidades não têm se dado sem que se expressem as contradições internas à Comunidade do Matutu, de modo a promover uma constante reflexão acerca de seu envolvimento em processos participativos de planejamento e gestão públicos.

Percebe-se a complexidade organizacional desta comunidade religiosa, que extrapola a dimensão da religião para o campo da política, e deste último, reforça suas formas de prática religiosa.

Isto ocorre, na medida em que este grupo religioso atua também a partir de uma fundação e de três associações, e mais ainda, se capacita, primeiro tecnicamente, a partir do domínio do uso de ferramentas avançadas de planejamento e gestão territoriais, que são os sistemas de informações geográficas (SIGs); e, segundo, politicamente, não apenas pela constituição de organizações da sociedade civil, mas na habilidade por fazê-las transitar entre as esferas de poder, e evidentemente, na própria sociedade civil.

Tais características justificam a escolha da Comunidade do Matutu para esta análise de caso, indicando certas singularidades deste espaço religioso e de suas formas de participação em processos políticos, a partir das dimensões do planejamento e gestão territoriais.

Todo processo participativo envolve certos riscos à sua efetividade. No caso do Matutu, como indicado, sua expertise política conduziu um de seus membros a um cargo técnico-político junto ao governo do Estado de Minas Gerais, na Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Tal representante da Comunidade

foi também presidente da Fundação Matutu, organização que por sua vez recebe recursos financeiros públicos para o desenvolvimento de suas atividades, entre estas, a de fomento do Consórcio de Ecodesenvolvimento Regional da Serra do Papagaio.

Todos estes processos político-administrativos são públicos, de modo que, além de garantirem e fomentarem a participação popular são passíveis também do controle público. E, por se constituírem desse modo, deverão se perpetuar como estruturas de governança territorial, particularmente, da região da Serra do Papagaio, sobretudo, com a figura do consórcio público, envolvendo entes políticos autônomos, tais como as municipalidades em questão e o governo do Estado de Minas Gerais.

No entanto, o futuro dessas iniciativas, que nascem da ação de um grupo religioso, depende da superação de desconfiças que fomentam uma cultura política não participativa no Brasil.

Permanece o desafio da criação de novos pactos territoriais que articulem iniciativa privada, Estado e sociedade, num projeto político em que os interesses coletivos se ponham acima dos interesses particulares na gestão da coisa pública.

Conclusão

O espaço religioso em questão não é suficiente por si mesmo para garantir níveis satisfatórios de mobilização e participação popular nos processos públicos de planejamento e gestão territorial, e também não seria este seu papel principal nestes arranjos político-territoriais. E, no Brasil, nenhum grupo religioso, como um representante da sociedade civil, serviria como base para alavancar processo políticos participativos na esfera pública, particularmente no planejamento e gestão territoriais.

A participação ativa de um espaço religioso em processos de planejamento e gestão territorial só se *tornaria* viável, na medida em que tal espaço religioso venha a trabalhar sua identidade não apenas da perspectiva da religião, mas também da política.

Um espaço religioso ao se propor contribuir para a fundação de um espaço público da política certamente contribuirá a partir

de uma dimensão ética que tem implicações para o *espírito* de uma economia política capitalista, tal como propõe Max Weber.

Por fim, no tocante às estruturas de dominação da economia política e do Estado, o caso analisado não atua no sentido de sua transformação, muito embora, a prática política posta em andamento, sem dúvida é uma exemplo de construção da cidadania e de fortalecimento das instituições democráticas.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Sérgio Gonçalves de. Religião e espaço no Brasil moderno – contribuições teóricas e percepções empíricas. *Ciências da Religião – História e Sociedade*, v. 11, n. 1, 2013, p. 53-64.

_____. *Contradições e ambiguidades do espaço religioso: megaigreja, urbanização e massa*. Tese (doutorado em Ciências da Religião), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

AZEVEDO, Sérgio de; SANTOS JR., Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Metrôpoles, cultura política e cidadania no Brasil. *Cadernos Metrôpole*, v. 11, n. 22, São Paulo, jul/dez 2009, p. 347-366.

BURITY, Joanildo A. Religião, política e cultura. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 20, n. 2, São Paulo, novembro 2008, p. 83-113.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Liturgias políticas e simbolismo do poder. In: BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; PASSOS, Mauro; SILVA, Wellington Teodoro da. *O sagrado e o urbano: diversidades, manifestações e análise*. São Paulo: Paulinas, 2008.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CLAVAL, Paul. *Terra dos homens: a geografia*. São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, Gláucio José Ferreira da. *Esboço de Cartografia em Ecologia Política – A Experiência Coletiva na Constituição da Fundação Matutu*. Dissertação de mestrado na UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

DALLABRIDA, Valdir Roque; ZIMERMANN, Viro José. Descentralização na gestão pública e estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento: o papel dos consórcios intermunicipais. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 5, n. 3, Taubaté, set-dez/2009, p. 3-28.

FUNDAÇÃO MATUTU. *Fortalecimento da gestão participativa da APA Serra da Mantiqueira*. Projeto. Aiuruoca, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 2011.

GUIMARÃES, Roberto P.; BEZERRA, Joana. Novas questões ou velhos problemas: a posição do Brasil na agenda internacional do meio ambiente. In: FERREIRA, Leila da Costa (org.). *A questão ambiental na América Latina: teoria social e interdisciplinaridade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 81-97.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Isabela. *Santo Daime: um sacramento vivo, uma religião em formação*. Tese de doutorado na Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2007.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Revista Novos Estudos*, n.74, São Paulo: Cebrap, 2006, p.47-65.

MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História – suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RIBEIRO, Karla Oddone. *Ação coletiva, conselho consultivo e gestão: um estudo na área de proteção ambiental Serra da Mantiqueira*. Dissertação de mestrado na Universidade Federal de Lavras (UFL), Lavras, 2005.

SANTOS, Regina Bega. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo: UNESP, 2008.

SERPA, Maria Fernanda Noronha. *O passado e o futuro no presente: um estudo de caso em uma comunidade do Santo Daime*. Monografia (bacharelado em História), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana (MG), 1995.

SILVA, Brenner Stefan Gomes. A experiência do SIG e sensoriamento remoto na construção de um gerenciamento participativo na Serra da Mantiqueira. *Anais do XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, Goiânia, p. 1375-1380, 16-21 de abril, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. A geopolítica do desenvolvimento sustentável: panorama mundial. O planeta e as metáforas. In: SOTER (Sociedade de Teologia e Ciências da Religião) (org.). *Sustentabilidade da vida e espiritualidade*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 15-37.

TEIXEIRA, Faustino. O sentido místico da consciência planetária. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; SOUZA, José Carlos Aguiar de (orgs.). *Consciência planetária e religião: desafios para o século XXI*. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 211-221.

USARSKI, Frank A geografia da religião. In *O espectro disciplinar da Ciência da Religião*. USARSKI, Frank (org.). São Paulo: Paulinas, 2007.